



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Evidence Previdência S.A. (Evidence) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

Mercado de Atuação
A Evidence, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de previdência complementar sendo suas operações voltadas, principalmente, para a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Desempenho Econômico - Financeiro
Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$759 milhões (31/12/2020 - R\$838 milhões). O prejuízo apresentado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$73 milhões (31/12/2020 - Lucro líquido de R\$8 milhões) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$2,0 bilhões (31/12/2020 - R\$2,0 bilhões).

Conjuntura Econômica
Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco Santander (Controlador Indireto da Evidence) observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado - a mediana

das estimativas indicava expansão trimestral desazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,06%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Santander para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 10,0% a.a. no decorrer do ano de 2022.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R\$5,44/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,00/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R\$5,58/US\$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$6,70/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques:

1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano e; 2) aumento dos casos de coronavírus em virtude da nova variante ômicron (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

Outras Informações
A política de atuação da Evidence na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Evidence informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Evidence confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições para Cobertura de Riscos		1.360	1.489			
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(21)	38			
Prêmios Ganhos		1.339	1.527			
Despesas com Resseguros		(101)	(50)			
Sinistros Ocorridos		(4.563)	(3.422)			
Rendas de Contribuições e Prêmios		9.492	12.851			
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		5.022	(2.569)			
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		14.514	10.282			
Variação de Outras Provisões Técnicas		76.361	71.221			
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(682)	(629)			
Despesas Administrativas		10	(6.187)			
Despesas com Tributos		11	(18.864)			
Resultado Financeiro		12	(177.901)			
Resultado Operacional		(116.084)	14.189			
Resultado antes dos Impostos		(116.084)	14.189			
Imposto de Renda		13.e	29.134			
Contribuição Social		13.e	(13.883)			
Lucro Líquido (Prejuízo)		9.a	(73.067)			
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		9.a	42.819,564			
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)			(0,0017)			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido		(73.067)	8.357	8.357
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros				
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		13.c	3.950	(144)
Resultado Abrangente		(78.978)	8.573	8.573

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atividades Operacionais				
Ajustes ao Lucro Líquido		(73.067)	8.357	(13.438)
Impostos Diferidos		13.c	(75.236)	(12.515)
Atualização de Impostos a Compensar		12	(2.547)	(923)
Variações em Ativos e Passivos		151.054	4.888	4.888
Aplicações			97.815	(46.851)
Créditos das Operações com Previdência Complementar			173	(71)
Títulos e Créditos a Receber			13.392	(28.276)
Outros Valores e Bens			(420)	-
Contas a Pagar			36.646	58.779
Débitos das Operações com Previdência Complementar			(4)	-
Depósitos de Terceiros			(136)	79
Provisões Técnicas - Previdência Complementar			28.423	85.700
Outros Débitos			74	200
Imposto Pago			(24.909)	(64.671)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		204	(193)	(193)
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos 9.b			(79)	(755)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(79)	(755)	(755)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		125	(948)	104
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4&14.c	104	1.052	104
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4&14.c	229	104	104

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)**
A IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. Para fins de descrição da metodologia, adotamos o termo "sinistro" para definir todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**
A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocações e não alocações, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.
- Provisão de Excedente Financeiro (PEF)**
A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.
- Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)**
Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.
- Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**
A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do teste de Adequação de Provisões (TAP).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme determinado pela Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foram avaliadas através do TAP. O TAP é realizado bruto de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal para a carteira de Previdência.

Na realização do TAP a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Sobrevivência BR-EMS como experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, sinistralidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.
O passivo apresenta uma taxa garantida de rentabilidade de aproximadamente 6,0% a.a. além do indexador contratado e para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP e conforme o indexador contratado, o desconto baseado na estrutura de Juros (ETT) a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Sobrevivência BR-EMS como experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, sinistralidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.
O passivo apresenta uma taxa garantida de rentabilidade de aproximadamente 6,0% a.a. além do indexador contratado e para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP e conforme o indexador contratado, o desconto baseado na estrutura de Juros (ETT) a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Sobrevivência BR-EMS como experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, sinistralidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.

A partir de Janeiro/2022, a Susep passará a adotar nova metodologia de estimativa das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ). O novo método de estimativa desenvolvida pela Susep foi elaborado com o objetivo de reduzir a variância dos estimadores associados ao longo prazo por meio da introdução de um componente de estabilidade.
Na realização do TAP a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Sobrevivência BR-EMS como experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, sinistralidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.

	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Patrimônio Líquido Resultado	758.729	(73.067)	837.707	8.357
ETTJ - Fenaprevi	756.285	(75.511)	832.008	2.658
ETTJ - Susep	(2.444)	(2.444)	(5.699)	(5.699)

i) Efeito Líquido de Impostos
j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As despesas de previdência podem deduzir despesas financeiras na determinação da renda base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrado na Nota 13.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	229	104	1.052
Total	229	104	1.052

As informações relativas a 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações
a) Composição por Classificação

		Ajuste ao Valor de Mercado no:	31/12/2021
	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Resdu - %	Valor do Patrimônio Líquido
Ativos Financeiros			
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação			
Títulos Públicos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	54.835	7
Notas do Tesouro Nacional - NTN (1)		2.224.514	(3.853)
Títulos Privados		44.210	-
Notas do Fundo de Investimento		44.210	-
Disponíveis para Venda		375.075	(8.767)
Títulos Públicos		375.075	(8.767)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		313.186	(1.732)
Letras do Tesouro Nacional - NTN (1)	100% SELIC	11.753	(1.005)
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12,70% a.a. PRE	50.136	(6.030)
Total		2.698.634 (3.846)	(8.767) 2.686.021 100,0%

(1) Referente a NTN-B com taxa de juros contratada - % IPCA + 4,55% a 6,70% a.a. e NTN-C com taxa de juros contratada % IGPM + 3,81% a 0,0% a.a.

Continua...

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante Disponível	4&14.c	229	104			
Caixa e Bancos		229	104			
Aplicações	5	2.365.205	2.416.516			
Títulos de Renda Fixa		2.320.995	2.323.258			
Cotas de Fundo de Investimento		44.210	93.258			
Créditos das Operações com Previdência Complementar		75	248			
Valores a Receber		75	248			
Títulos e Créditos a Receber		63.649	74.492			
Títulos de Crédito a Receber		5	-			
Créditos Tributários e Previdenciários		6	63.644			
Outros Valores e Bens		419	74.492			
Ativo não Circulante		408.825	435.340			
Ativo Realizável a Longo Prazo		408.825	435.340			
Aplicações	5	320.816	377.181			
Títulos de Renda Fixa		320.816	377.181			
Títulos e Créditos a Receber		88.009	58.159			
Créditos Tributários e Previdenciários		6&13.a	88.009			
Depósitos Judiciais e Fiscais		-	2			
Total do Ativo		2.838.402	2.926.700			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Lucros	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		400.000	300.000	3.976	56.663	440	-	811.079
Integralização do Capital	9.a	300.000	(300.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	216	-	216
Reversão de Dividendos		-	-	-	18.134	-	-	18.134
Lucro Líquido		-	-	-	-	8.357	-	8.357
Destinações:								
Dividendos	9.b	-	-	-	-	(79)	-	(79)
Reserva Legal	9.c	-	-	418	-	(418)	-	-
Reservas para Equalização de Dividendos	9.d	-	-	-	7.860	(7.860)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		750.000	-	4.394	82.657	656	-	837.707
Mutações no Exercício		300.000	(300.000)	418	25.394	216	-	26.628
Saldos em 31 de dezembro de 2021		750.000						

...Continuação



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
10. Despesas Administrativas					
				01/01 a	01/01 a
				31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros				1.321	1.034
Publicações				81	7
Despesas Bancárias (Nota 14.c)				80	91
Convênio Banco Santander (Nota 14.c)				2.478	1.744
Convênio Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 14.c)				1.013	1.030
Custas Judiciais				1.168	-
Outras				46	53
Total				6.187	3.959
11. Despesas com Tributos					
				01/01 a	01/01 a
				31/12/2021	31/12/2020
COFINS				15.074	19.371
PIS				2.450	3.148
Taxa de Fiscalização SUSEP				1.340	1.278
Outras				-	4
Total				18.864	23.801
12. Resultado Financeiro					
				01/01 a	01/01 a
				31/12/2021	31/12/2020
Recetas Financeiras				317.812	504.700
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)				312.386	502.124
Fundo de Investimento (Nota 5.c)				2.813	1.635
Atualização de Impostos a Compensar				2.547	923
Outras				66	66
Despesas Financeiras				(495.719)	(541.680)
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)				(99.386)	(144.409)
Resultado na Venda de Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)				(792)	-
Atualização das Provisões Técnicas (Nota 8)				(394.519)	(396.535)
Outras				(1.016)	(736)
Total				(177.901)	(36.980)
13. Ativos e Passivos Fiscais					
a) Créditos Tributários					
a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários					
				Saldo em	Saldo em
				31/12/2020	31/12/2020
Provisão para Contingências Trabalhistas				83	112
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação				6.391	39.758
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda				1.222	2.291
Outras Provisões Temporárias				101	98
Total dos Créditos Tributários				7.797	(41)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social				50.360	-
Saldo dos Créditos Tributários/Registros				58.157	(12.342)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Evidence não possui créditos tributários não atizados.					
a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários					
				31/12/2021	31/12/2020
				Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
				IRPJ	CSLL
2022				7.827	4.696
2023				7.827	4.696
2024				7.777	4.666
2025				7.777	4.666
2026				-	-
2027 a 2031				-	-
Total				31.208	18.724
				Prejuízos Fiscais - Base	Prejuízos Fiscais - Base
				Negativa	Registrados
2022				3.263	15.786
2023				4.509	17.032
2024				4.520	16.963
2025				4.660	17.103
2026				4.927	4.927
2027 a 2031				16.158	16.158
Total				38.077	88.009
Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.					
a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários					
O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$80.924 (31/12/2020 - R\$56.114), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.					
b) Tributos Diferidos					
b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos					
				Saldo em	Saldo em
				31/12/2020	31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação				92.285	(47.675)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda				659	(1.659)
Total				93.944	(49.334)
b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos					
				31/12/2021	31/12/2020
				Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
				IRPJ	CSLL
2022				6.970	4.182
2023				6.970	4.182
2024				6.970	4.182
2025				6.971	4.183
2026				-	-
Total				27.881	16.729
c) Impostos Diferidos					
Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:					
				31/12/2021	31/12/2020
Créditos Tributários				88.009	58.157
Provisão para Contingências Trabalhistas				112	83
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação				46.149	6.391
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda				3.513	1.222
Diferenças Temporárias				158	101
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social				38.077	50.360
Passivos Fiscais				44.610	93.944
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação				44.610	92.285
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda				-	1.659
As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:					
				Saldo em	Ajuste ao
				31/12/2020	Resultado
Créditos Tributários Diferidos				58.157	27.561
Passivos Fiscais Diferidos				93.944	(47.675)
Total				(35.787)	75.236
d) Imposto de Renda e Contribuição Social					
				01/01 a	01/01 a
				31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos Impostos				116.084	14.189
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (2020 - 25% e 15%), Respetivamente				52.474	(5.676)
Despesas Individuais Líquidas de Recetas não Tributáveis				(9.622)	(20)
Ajustes CSLL 5%				-	44.610
Demaís Ajustes				184	(136)
Imposto de Renda e Contribuição Social				43.017	(5.832)
O maior valor de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.					
				01/01 a	01/01 a
				31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos Impostos				(116.084)	14.189
Imposto de Renda e Contribuição Social				43.017	(5.832)
Alíquota Efetiva				-37,1%	-41,1%
f) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido					
				31/12/2021	31/12/2020
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio Líquido				3.513	1.222
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				3.513	1.222
Débitos de Impostos Contabilizados no Patrimônio Líquido				1.659	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				-	1.659
Total				3.513	2.881
14. Partes Relacionadas					
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração					
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) Evidence realizada em 30 de março de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2021, no valor máximo de R\$10. A Evidence é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador direto da Sancap e indireto da Evidence. A Evidence não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.					
Em 2021 e 2020, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.					
b) Participação Acionária					
A Evidence é controlada pela Sancap que possui participação acionária direta de 42.819.564 mil ações ordinárias equivalentes a 100,0% do capital social e participação indireta através do Banco Santander, controlador da Sancap.					
c) Transações com Partes Relacionadas					
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentação outras desvantagens.					
As principais transações e saldos são conforme segue:					
				31/12/2021	31/12/2020
Ativo				229	104
Disponível				229	104
Banco Santander (1)				-	(79)
Passivo				229	104
Contas a Pagar				-	(79)
Sancap				-	(79)
Resultado				01/01 a	01/01 a
Despesas Administrativas (Nota 10)				31/12/2021	31/12/2020
Banco Santander (1)				(3.571)	(2.865)
Santander Brasil Asset Management (2)				(2.558)	(1.835)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (2)				(917)	(659)
Total				(7.046)	(5.359)
(1) O Banco Santander é o controlador indireto da Evidence através da Sancap (Nota 14.b).					
Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros					
				31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Ocorridos				2.609	2.609
abril-2021				2.609	2.609
Maió-2021				-	-
Total				2.609	2.609
				31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Pagos				403	403
Janerio-2021				403	403
Total				403	403
16. Outras Informações					
Comitê de Auditoria					
A Evidence adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri					
Efeitos da Pandemia - COVID-19					
O Banco Santander (Controlador indireto da Evidence) monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no					
Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros					
				31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Ocorridos				2.609	2.609
abril-2021				2.609	2.609
Maió-2021				-	-
Total				2.609	2.609
				31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Pagos				403	403
Janerio-2021				403	403
Total				403	403
16. Outras Informações					
Comitê de Auditoria					
A Evidence adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri					
Efeitos da Pandemia - COVID-19					
O Banco Santander (Controlador indireto da Evidence) monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no					
Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros					
				31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Ocorridos				2.609	2.609
abril-2021				2.609	2.609
Maió-2021				-	-
Total	</				



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

PARECER DOS ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Evidence Previdência S.A.

São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Evidence Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Evidence Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.

04711-904

São Paulo - SP - Brasil

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e

consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. •

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022



pwc

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Aos Administradores e Acionistas

Evidence Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de ativos financeiros classificados como nível 3 (Notas 3(e) e 5)

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo é uma área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de julgamento por parte da Administração, uma vez que a mensuração do valor justo desses instrumentos, com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis, dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos com base em determinadas premissas.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses ativos financeiros.

Realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado.

Efetuamos testes independentes de valorização e custódia destes ativos financeiros. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo destes ativos financeiros classificados como nível 3 são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração das provisões técnicas de previdência complementar (PMBaC, PMBC e PCC - Notas 3(h), 3(i) e 8)

A Companhia registrou obrigações decorrentes de seus contratos de previdência complementar que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Previdência Complementar" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), (ii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e (iii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de previdência deve seguir as metodologias de cálculo e premissas atuariais e financeiras estipuladas nas condições gerais dos produtos de previdência comercializados pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia realiza a cada data-base das demonstrações financeiras, o Teste de Adequação de Passivos (TAP), com o objetivo de mensurar possíveis insuficiências relacionadas às provisões técnicas de previdência complementar. Como resultado do teste de adequação de passivos, a Companhia registrou Provisão Complementar de Cobertura (PCC) em 31 de dezembro de 2021.

Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos controles relevantes relacionados ao processo de registro e reconciliação dos saldos contábeis, avaliação e aprovação das premissas e metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia.

Realizamos testes documentais para as movimentações relevantes ocorridas durante o exercício nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, tais como, pagamentos de resgates, saídas em portabilidade, atualização monetária, concessão e pagamentos de benefícios, entre outros.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes, bem como as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações das provisões técnicas no período de dezembro de 2020 a dezembro de 2021, e recalculamos de forma independente a PMBC.

Adicionalmente, efetuamos a revisão do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação de Passivos.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas, são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 25/02/2022 18:46

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:16457391617a3b0670438142d1a82b0a383dc783eb

Caio Fernandes Arantes

Contador CRC 1SP222767/O-3